



DECLARAÇÃO DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DOS MINISTROS DO TRABALHO E EMPREGO DOS BRICS

Introdução

1. Nós, os Ministros do Trabalho e Emprego dos BRICS, reunidos em Brasília em 25 de abril de 2025, para a Décima Primeira Reunião dos Ministros do Trabalho e Emprego, com o objetivo de dar continuidade às discussões sobre as ações necessárias para promover o trabalho decente, o crescimento inclusivo, o desenvolvimento sustentável do mercado de trabalho e sistemas de governança trabalhista global justos e razoáveis.

2. Reafirmamos nosso compromisso com o fortalecimento da cooperação para alcançar um Sul Global sustentável e inclusivo. Saudamos o contínuo progresso alcançado pelos países dos BRICS na promoção de um emprego pleno, produtivo e de alta qualidade por meio do desenvolvimento econômico e social sustentável, na promoção de ambientes de trabalho inclusivos e centrados nas pessoas, e no cumprimento dos compromissos assumidos em nossas reuniões anteriores.

3. Reunidos sob o tema “Fortalecendo a Cooperação do Sul Global para uma Governança Mais Inclusiva e Sustentável”, da Presidência brasileira de 2025, participamos de discussões sobre o futuro do trabalho e sobre como fortalecer a resposta dos países dos BRICS às oportunidades e desafios emergentes relacionados à “Inteligência Artificial e o Futuro do Trabalho” e “Os Impactos das Mudanças Climáticas no Mundo do Trabalho e uma Transição Justa”.

4. Destacamos a necessidade de adotar políticas de trabalho e emprego que promovam uma transição justa para uma economia sustentável, com o objetivo de contribuir para a construção de uma comunidade com um futuro compartilhado, que seja inclusiva, justa e resiliente, garantindo trabalho decente para todos os países dos BRICS.

Inteligência Artificial e o Futuro do Trabalho

O impacto da IA, incluindo IA Generativa, no mercado de trabalho

5. Reconhecemos a visão amplamente compartilhada de que a Inteligência Artificial (IA), incluindo a IA generativa, está mudando rapidamente o mundo e remodelando o futuro do trabalho. Reconhecemos que, embora a IA apresente desafios, ela também pode servir como um catalisador para a transformação do mundo do trabalho. O objetivo será a adaptabilidade e a compatibilidade em termos de capacidades de recursos humanos e a utilização das vantagens da tecnologia, como a IA, para promover o trabalho decente, o emprego pleno e produtivo, incluindo a justiça social.



6. Consideramos que a IA tem o potencial de impulsionar o crescimento econômico e a transformação, dando origem a novas indústrias, empresas e formas de trabalho. Ela mudará os modelos de negócios, os processos organizacionais e as capacidades dos trabalhadores, levando à transformação do emprego e a um impacto profundo no mercado de trabalho. Essa transformação pode ser inquietante, pois alguns trabalhadores podem perder seus empregos durante a transição. Reconhecemos, portanto, a preocupação de muitos de que a IA possa tornar o trabalho e as habilidades humanas redundantes, mas também reconhecemos a necessidade de combater mitos e equívocos populares sobre a **IA e a redundância do trabalho que podem nos impedir de abraçar um futuro impulsionado pela tecnologia e um novo mundo do trabalho.**

7. Como a substituição e a criação de empregos coexistirão, comprometemo-nos a promover uma abordagem centrada no ser humano, como um modelo colaborativo, para a integração da IA no local de trabalho e a aderir à aplicação ética da inteligência artificial, garantindo a participação dos trabalhadores, a proteção dos dados pessoais dos trabalhadores e mecanismos de recurso liderados por humanos.

8. À medida que o mundo do trabalho continua a evoluir com a integração de ferramentas de IA, novos empregos e oportunidades estão surgindo. A demanda por trabalhadores com habilidades técnicas e capacidade de trabalhar ao lado de sistemas de IA está crescendo, o que exige que eles passem por requalificação ou aprimoramento. Concordamos que a chave para que os trabalhadores dos BRICS realizem essa transição é abraçar os avanços tecnológicos. Reconhecemos a importância de promover a aprendizagem ao longo da vida, fortalecer o desenvolvimento e a avaliação das habilidades digitais dos trabalhadores. Trabalharemos para formular diretrizes adequadas para salvaguardar os direitos e interesses dos trabalhadores em novas formas de emprego, implementar reformas digitais de recursos humanos e fortalecer a infraestrutura digital e a seguridade social.

9. Reconhecemos que os países dos BRICS enfrentam o desafio urgente de abordar eficazmente o impacto do desenvolvimento da IA no mundo do trabalho e de liberar o potencial do desenvolvimento tecnológico para criar empregos decentes e promover o crescimento inclusivo. Trabalharemos juntos para abraçar ativamente a revolução tecnológica e a transformação industrial em curso, a fim de alcançar um emprego de alta qualidade, pleno, produtivo e livremente escolhido, ao mesmo tempo em que reiteramos nosso compromisso com os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da OIT. Para garantir que os trabalhadores estejam preparados para se adaptar ao avanço tecnológico e para enfrentar os riscos de substituição de empregos, cooperaremos no desenvolvimento de estratégias políticas com visão de futuro, reforçando o diálogo social entre governos, trabalhadores, empregadores, outras partes interessadas e parceiros e fortalecendo as regulamentações para proteger os direitos e interesses dos trabalhadores. Orientaremos nossos esforços de cooperação com o objetivo de alcançar um equilíbrio entre a automação e a participação humana em um mundo do trabalho cada vez mais impulsionado pela IA.



Transformação digital e promoção de indústrias emergentes com potencial para gerar novas oportunidades de emprego

10. Reconhecemos que a transformação digital, impulsionada pela integração de tecnologias digitais, é particularmente importante no contexto do desenvolvimento social e econômico. Ela serve como um catalisador para o crescimento de indústrias emergentes, com potencial para aumentar a produtividade, estimular a inovação e criar oportunidades de trabalho decente. Indústrias emergentes estratégicas, representadas por energia renovável, materiais avançados, manufatura de alta tecnologia, saúde e informação eletrônica, estão em rápida expansão, estreitamente ligadas à transformação digital.

11. A transformação digital e o surgimento de novas indústrias estão remodelando as economias dos países dos BRICS por meio de um maior acesso à internet de alta velocidade, do crescimento de empresas e startups baseadas no conhecimento e da crescente integração da IA nas indústrias, entre outros fatores. A transformação digital pode levar à criação de oportunidades substanciais de emprego, como empregos na área de tecnologia, funções híbridas que combinam habilidades técnicas com conhecimento específico de setores, e novas formas de trabalho na economia de plataformas. Ressaltamos a necessidade de investir nas pessoas, particularmente nas habilidades digitais dos trabalhadores, e de desenvolver e adotar políticas que promovam a inovação e a inclusão. Buscaremos fortalecer a formação de talentos e incentivar universidades, faculdades técnicas e locais de trabalho a ajustarem o design curricular, o ensino e os conteúdos instrucionais de acordo com as necessidades de desenvolvimento das indústrias emergentes, cultivando mais talentos de alta qualidade alinhados à demanda. Fomentaremos a colaboração com empresas e o meio acadêmico para desenvolver programas especializados com foco em tecnologia digital, particularmente em IA, e na economia criativa, a fim de garantir que a força de trabalho permaneça competente e competitiva.

12. A transformação digital apresenta desafios que cada país dos BRICS enfrentará em diferentes graus, de acordo com suas próprias necessidades e circunstâncias, como a falta da infraestrutura necessária; a incompatibilidade de habilidades, resultante do descompasso entre os sistemas de educação e treinamento e o aumento da demanda por habilidades relacionadas à IA; e a substituição de mão de obra, especialmente em regiões onde grandes parcelas da força de trabalho estão empregadas em setores e ocupações vulneráveis. Há uma necessidade urgente de revisar e atualizar as leis e regulamentos trabalhistas e de seguridade social para lidar com as novas realidades, incluindo questões de segurança e saúde no trabalho (SST), resultantes da transição para o trabalho digitalizado e baseado em plataformas.

13. Nós trabalharemos na priorização do desenvolvimento de estratégias abrangentes e na alocação de recursos adequados para enfrentar os desafios mencionados acima. Desenvolveremos parcerias e facilitaremos uma maior integração das economias dos BRICS.



Trabalharemos juntos para criar oportunidades de intercâmbio de conhecimentos e experiências, facilitar a cooperação tecnológica e ajudar a aliviar os desafios da transição, por meio da aprendizagem entre pares e da cooperação Sul-Sul e Triangular, com ampla consulta, contribuição conjunta e benefícios compartilhados.

14. Reconhecendo que as PMEs são fundamentais para a criação de empregos altamente qualificados e para a modernização da economia, nós incentivamos o desenvolvimento de políticas relevantes que promovam a adoção de tecnologia de IA pelas PMEs e forneçam o apoio necessário. Nós também incentivamos os Estados-membros a oferecerem apoio direcionado para estimular o crescimento do empreendedorismo digital, de empresas baseadas no conhecimento e de startups, ao mesmo tempo em que fortalecem a economia digital e impulsionam a criação de empregos decentes.

15 Nós reconhecemos que a integração de tecnologias no local de trabalho é mais bem-sucedida e sustentável quando baseada em um diálogo construtivo e na participação ativa dos trabalhadores, e incentivamos os empregadores a se engajarem no diálogo social e em outras formas de consulta ao integrarem tecnologias digitais no trabalho.

O desenvolvimento de políticas de proteção social e apoio aos trabalhadores deslocados, particularmente trabalhadores mais velhos, mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis.

16. As mudanças no mercado de trabalho trazidas pela transformação digital também apresentam desafios e oportunidades para os membros dos BRICS no domínio das políticas de proteção social, particularmente no que diz respeito ao apoio aos trabalhadores deslocados, especialmente trabalhadores mais velhos, mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis. Concordamos que a proteção social na era da transformação digital deve ir além do apoio à renda—ela deve contribuir para permitir que os trabalhadores se adaptem, adquiram novas habilidades e mantenham ou recuperem o acesso a oportunidades de emprego decente. Nós concordamos sobre a necessidade de adotar políticas adaptadas e direcionadas para apoiar os diversos grupos vulneráveis de trabalhadores frente aos potenciais impactos negativos da transformação digital, como a perda de empregos. Nós enfatizamos a importância de promover a participação inclusiva da força de trabalho e de desenvolver políticas e estruturas regulatórias para lidar com o impacto da IA no emprego.

17. À medida que a expectativa de vida aumenta e os padrões de trabalho evoluem, os trabalhadores mais velhos enfrentam desafios crescentes para permanecerem competitivos no mercado de trabalho ou correm o risco de exclusão potencial. Eles podem não ter a flexibilidade ou os recursos à sua disposição para se requalificar em novas tecnologias e podem enfrentar preconceitos relacionados à idade ao retornar ao mercado de trabalho quando deslocados. Para garantir a inclusão dos trabalhadores mais velhos na era digital, de modo que possam permanecer produtivos, ter acesso a oportunidades econômicas e se beneficiar do crescimento



econômico digital, promoveremos iniciativas para oferecer soluções de aprendizagem adaptativas, permitindo que desenvolvam habilidades digitais, se requalifiquem e aprimorem suas habilidades no seu próprio ritmo. Além disso, nós exploraremos incentivos para empresas que empregam trabalhadores mais velhos e incentivaremos o empreendedorismo entre os trabalhadores mais velhos.

18. As mulheres estão desproporcionalmente empregadas em ocupações que são mais suscetíveis à automação, como trabalhos administrativos, comércio varejista e atendimento ao cliente. Barreiras de gênero, como o acesso à formação profissional e à progressão na carreira, podem agravar as dificuldades que as mulheres enfrentam para se adaptar às novas exigências do mercado de trabalho. Nós focaremos em abordar questões como a redução da desigualdade salarial de gênero em empregos relacionados à IA e a melhoria da igualdade de gênero na educação tecnológica, ao mesmo tempo em que buscamos aumentar a representação das mulheres em cargos de tomada de decisão no setor de tecnologia. Para fomentar um crescimento mais equitativo para as mulheres, adotaremos medidas adicionais de apoio, como programas direcionados ao desenvolvimento de habilidades para estimular o empreendedorismo, arranjos de trabalho flexíveis, apoio ao cuidado infantil e de idosos. Nós fortaleceremos as políticas de proteção social para garantir o acesso das mulheres à seguridade social adequada, incluindo licença maternidade remunerada e benefícios associados, assistência à saúde, proteção contra o desemprego e pensões.

19. Os jovens, especialmente os recém-formados, estão enfrentando desafios na busca por empregos adequados e estáveis devido a razões como a falta de experiência no local de trabalho, aconselhamento e orientação de carreira insuficientes, desajuste entre a educação e a demanda do mercado, transformação do mercado de trabalho impulsionada pela tecnologia e incertezas econômicas globais. Não permitiremos que o grupo "Nem na Educação, Nem no Emprego, Nem em Treinamento" (NEET) seja deixado para trás, especialmente na onda da tecnologia emergente. Não mediremos esforços para torná-las parte dessa transformação e aproveitar seu potencial por meio de formação profissional, facilitando aprendizados e estágios, e apoiando os jovens na conquista de emprego de qualidade, segurança social e outras formas de benefícios, quando aplicável.

20. Outros grupos vulneráveis, como trabalhadores com deficiência, trabalhadores informais e de baixa renda, e migrantes, frequentemente enfrentam desafios aumentados para acessar educação de qualidade e treinamento de habilidades. Nós melhoraremos o design e a implementação de iniciativas de requalificação direcionadas para apoiar sua transição para novos empregos em setores impulsionados pela IA. Nós também formularemos políticas para associar grupos vulneráveis a novas oportunidades de emprego, levando em consideração suas necessidades específicas, incluindo horários de trabalho flexíveis e oportunidades de trabalho remoto para pessoas com deficiência. Nós adotaremos também políticas para garantir o acesso a benefícios de seguridade social, para que esses trabalhadores não fiquem vulneráveis diante



do envelhecimento e de riscos como doenças e acidentes ocupacionais. Nós fomentaremos o potencial da IA para inclusão de pessoas com deficiência nos mercados de trabalho.

21. Em relação aos trabalhadores empregados em plataformas digitais, incluindo serviços de transporte por aplicativo, trabalhos temporários e serviços sob demanda, novos arranjos de trabalho continuam a se espalhar e questões como a formalização das relações de trabalho e a provisão de proteção social ganharam visibilidade. Nosso objetivo será garantir a proteção dos trabalhadores da economia de plataforma e fornecer acesso aos sistemas de seguridade social, condições de trabalho seguras e saudáveis, compensação justa, proteção salarial e mecanismos eficazes de resolução de disputas e reparações por violações dos direitos trabalhistas que abordem suas circunstâncias únicas. Estamos ansiosos para colaborar em abordagens políticas para aproveitar plenamente o potencial das tecnologias emergentes, ao mesmo tempo em que salvaguardamos os direitos dos trabalhadores nas plataformas digitais, na próxima discussão da OIT sobre a definição de normas para o Trabalho Decente na Economia de Plataforma.

22. A integração da IA nos sistemas de proteção social pode melhorar sua acessibilidade e eficácia. Nós reconhecemos que o design e a implementação de políticas de proteção social justas, transparentes, responsáveis e sustentáveis são fundamentais para prevenir o aprofundamento das desigualdades. Comprometemo-nos a desenvolver continuamente políticas de proteção social inclusivas que visem identificar proativamente os potenciais riscos de deslocamento, oferecer proteção abrangente contra o desemprego e programas de requalificação, ao mesmo tempo em que fortalecemos as políticas de intermediação de emprego para apoiar melhor os trabalhadores deslocados, particularmente os trabalhadores mais velhos, as mulheres, os jovens e outros grupos vulneráveis.

23. Ao integrar algoritmos de IA no mundo do trabalho, é crucial abordar as implicações éticas, particularmente o potencial de reforçar preconceitos existentes que prejudicam trabalhadores mais velhos, mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis, nos processos de contratação, requalificação e encaminhamento de empregos; estruturas de proteção à privacidade para resguardar os direitos e interesses dos trabalhadores; e garantir processos de tomada de decisão transparentes. Reafirmamos, portanto, a importância da transparência, equidade, razoabilidade e interpretabilidade algorítmica, que devem orientar as regulamentações nacionais dos países membros dos BRICS, além de defender uma abordagem centrada no ser humano.

24 Alguns países dos BRICS enfrentam desafios comuns, como o envelhecimento das populações, o que pode exigir reformas urgentes nos sistemas de pensões e iniciativas de aprendizagem ao longo da vida; acesso limitado ou inadequado a pensões ou assistência médica para trabalhadores informais; e deslocamento causado por desastres climáticos e conflitos. Unidos pela responsabilidade moral de estabelecer um futuro resiliente e inclusivo para nossas forças de trabalho, exploraremos possibilidades de cooperação Sul-Sul e cooperação triangular entre os membros dos BRICS para desenvolver sistemas de proteção social mais inclusivos que atendam efetivamente às demandas da era digital. Trocaremos experiências e melhores



práticas, com ênfase em alinhar as políticas de proteção social com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e compartilharemos expertise entre nossos formuladores de políticas no desenvolvimento de estruturas para integrar trabalhadores deslocados no mercado de trabalho.

25. Lançaremos o Observatório de Proteção Social dos BRICS no âmbito do Escritório Virtual de Ligação dos BRICS (VLO), como parte do Marco de Cooperação em Seguridade Social dos BRICS, apoiado pela OIT e ISSA. O objetivo do Observatório será compartilhar as melhores práticas, incluindo aquelas relacionadas a sistemas de proteção social responsivos a choques e acordos internacionais de seguridade social.

26. Reafirmamos a importância crítica da proteção social no apoio aos trabalhadores deslocados por transformações impulsionadas por IA, particularmente trabalhadores mais velhos, mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis, que enfrentam maiores desafios para se adaptar ao ritmo acelerado da transformação digital, automação e avanço da IA generativa. Além das políticas de proteção social, nos esforçaremos para fornecer acesso a programas eficazes que apoiem a requalificação e o aprimoramento de habilidades dos trabalhadores cujas funções são afetadas pela IA, a fim de capacitá-los com habilidades relevantes para o setor e aumentar sua empregabilidade. Por meio dessas iniciativas, nosso objetivo é não apenas proteger esses trabalhadores dos efeitos adversos do deslocamento profissional, mas também capacitá-los a se reintegrar à força de trabalho ou explorar oportunidades de trabalho autônomo e empreendedorismo.

27. Reconhecemos também a necessidade de aprimorar as políticas de segurança e saúde ocupacional e melhorar as condições de trabalho para abordar questões relacionadas ao empoderamento e à privacidade dos trabalhadores, carga de trabalho, riscos ocupacionais e de saúde emergentes, bem como ameaças aos direitos, interesses e dignidade dos trabalhadores.

28. Estamos cientes de que a aplicação da IA na proteção social, entre outras áreas, requer uma estratégia pragmática, orientada por objetivos e baseada em situações específicas, conduzindo a resultados encorajadores para aproveitar o potencial das novas tecnologias na melhoria da qualidade dos serviços e da eficácia da gestão, complementando a abordagem tradicional. Além disso, a inovação tecnológica está impondo desafios aos modelos tradicionais de gestão. Não se trata apenas de como gerenciar as novas tecnologias, mas também de como adaptar o modelo de gestão tradicional ao desenvolvimento atual.

Incentivamos a adoção de uma cultura de aprendizagem ao longo da vida, para que os trabalhadores possam atualizar suas habilidades.

29. Durante as reuniões anuais anteriores, discutimos as implicações da Indústria 4.0 e dos avanços tecnológicos no futuro do trabalho, incluindo automação e IA, bem como a promoção da educação e das habilidades para permitir que a força de trabalho dos membros dos BRICS se



transforme de acordo com as exigências da nova economia digital. Reafirmamos nosso compromisso de dar continuidade a essas discussões para acelerar a implementação.

30. Os países dos BRICS podem se beneficiar de uma cooperação reforçada na promoção da aprendizagem ao longo da vida. Compartilharemos ferramentas, tecnologias e abordagens inovadoras para preparar os trabalhadores para o futuro por meio do desenvolvimento de habilidades e promover a equidade e a inclusão. Cooperaremos no desenvolvimento de políticas que ampliem o acesso dos trabalhadores à aprendizagem ao longo da vida e expandam programas de capacitação baseados em tecnologia que sejam inclusivos e acessíveis. Adotaremos políticas e programas estratégicos para construir um ecossistema de aprendizagem inclusivo, adaptável e sustentável por meio da colaboração intersetorial para a requalificação e o aprimoramento contínuos dos trabalhadores dos BRICS.

31. Tendo em mente que os sistemas de educação e formação frequentemente ficam atrás da demanda crescente por habilidades relacionadas à IA no mercado de trabalho, apoiaremos investimentos estratégicos em colaboração com instituições de ensino e formação e com o setor empresarial para desenvolver plataformas online acessíveis e formular programas de capacitação direcionados para preparar os trabalhadores para ocupações digitais emergentes em setores de alta demanda. Buscaremos parcerias com indústrias e empresas para apoiar programas de habilidades digitais e educação e formação baseadas em tecnologia, a fim de ajudar os trabalhadores dos países dos BRICS a adquirirem as competências necessárias para prosperar em um mercado de trabalho em rápida transformação.

32. Buscaremos aproveitar as iniciativas bem-sucedidas em andamento implementadas em alguns países dos BRICS, como programas de capacitação personalizados e direcionados em áreas de alta demanda, que combinam estudo e trabalho, como treinamento no local de trabalho e programas de aprendizagem de qualidade; plataformas online acessíveis que oferecem cursos em áreas de alta demanda; e programas para o desenvolvimento de talentos digitais nas áreas de ciência de dados, computação em nuvem e cibersegurança, entre outras. Facilitaremos o intercâmbio de especialistas em capacitação e boas práticas, incluindo em currículos e materiais de formação, para aprimorar o conhecimento e as habilidades pedagógicas na implementação de programas de educação e formação profissional.

Os Impactos das Mudanças Climáticas no Mundo do Trabalho e uma Transição Justa

Mitigação dos impactos climáticos: Enfrentar os impactos específicos das mudanças climáticas e das políticas climáticas sobre o emprego

33. Os impactos das mudanças climáticas no mundo do trabalho estão se tornando cada vez mais evidentes, à medida que o aumento das temperaturas globais, os eventos climáticos extremos e as mudanças ambientais continuam a afetar indústrias, economias e comunidades. Adaptar os mercados de trabalho às mudanças climáticas é essencial para garantir que a força



de trabalho e as empresas permaneçam competitivas, resilientes e capazes de prosperar em uma economia cada vez mais influenciada por considerações ambientais, pela necessidade de desenvolvimento sustentável e pelos esforços para erradicar a pobreza. Enfrentar esse desafio exige um diálogo social eficaz e um esforço colaborativo de governos, trabalhadores e empregadores por meio de iniciativas proativas e políticas de longo prazo para construir um futuro mais resiliente e sustentável.

34. Embora as mudanças climáticas e as políticas ambientais, como impostos sobre o carbono e limites de emissões, possam reduzir ou até eliminar indústrias intensivas em carbono e potencialmente resultar em perda de empregos, a transição para uma economia sustentável e de baixo carbono apresenta oportunidades significativas para a inovação, o desenvolvimento de novos modelos de negócios, criação expressiva de empregos e crescimento econômico, à medida que novos setores surgem no futuro. Para mitigar os possíveis impactos adversos sobre o emprego, continuaremos desenvolvendo e implementando estratégias de acordo com as prioridades nacionais de desenvolvimento, a fim de criar oportunidades de trabalho decente por meio do fortalecimento das parcerias público-privadas, promoção de políticas ativas de mercado de trabalho e engajamento no diálogo social; apoio ao desenvolvimento empresarial, em particular para pequenas e microempresas; priorização de programas de educação e capacitação para construir uma força de trabalho resiliente e equipada com as habilidades necessárias para prosperar em um clima em transformação.

35. Reconhecemos a importância de fortalecer nossos sistemas de seguridade social, incluindo medidas para a prevenção de acidentes de trabalho, reabilitação e compensação, benefícios de desemprego, proteção ao emprego e outras iniciativas para garantir a segurança de renda e o acesso à saúde.

Promover uma transição justa no mercado de trabalho: Desenvolver políticas e estratégias para uma transição inclusiva que proporcione oportunidades de trabalho decente.

36. Uma transição justa promove economias ambiental e socialmente sustentáveis de maneira inclusiva, criando oportunidades de trabalho decente, reduzindo as desigualdades e garantindo que ninguém seja deixado para trás. A transição justa envolve maximizar as oportunidades sociais e econômicas das ações climáticas e ambientais, incluindo um ambiente favorável para empresas sustentáveis, ao mesmo tempo em que minimiza e gerencia cuidadosamente os desafios. Reafirmamos, portanto, que uma transição justa deve ser baseada em um diálogo social eficaz, respeito aos princípios e direitos fundamentais no trabalho e com referência aos padrões internacionais de trabalho.

37. Para promover uma transição justa, reconhecemos a importância de fortalecer o desenvolvimento e a aplicação das leis e regulamentações trabalhistas e aprimorar nossos



sistemas de proteção social, incluindo benefícios de desemprego, pensões e assistência à saúde, para garantir uma cobertura adequada para todos os trabalhadores, particularmente para aqueles grupos em situações vulneráveis.

38. O desenvolvimento contínuo de habilidades por meio da aprendizagem ao longo da vida é um elemento fundamental de uma transição justa. Programas de requalificação, capacitação e aprimoramento profissional provenientes de setores de alta emissão de carbono podem se transformar em novas oportunidades de emprego. Para isso, promoveremos investimentos no desenvolvimento de recursos humanos verdes e sustentáveis, incluindo formação profissional e iniciativas educacionais alinhadas às demandas do mercado de trabalho, em colaboração com instituições públicas e privadas de ensino e formação, bem como outros atores relevantes. Promoveremos políticas que garantam a todos os trabalhadores trajetórias de desenvolvimento profissional mais diversificadas e fluidas.

39 Compartilhamos a visão de que uma transição justa não pode ser alcançada sem uma forte cooperação internacional. Para isso, convocamos organizações internacionais e outros interessados a fornecer o apoio e a colaboração adequados. Fortaleceremos a cooperação entre os ministérios do trabalho e do emprego, assim como entre os institutos de pesquisa trabalhista, e trocaremos melhores práticas e experiências, incluindo o intercâmbio de tecnologia para gerenciar a transição da força de trabalho. No entanto, devemos garantir que as soluções sejam adaptadas ao contexto específico de cada país.

Engajar parceiros chave e promover o diálogo social para criar empregos decentes

40. Reconhecemos a importância crítica de engajar ativamente parceiros chave para promover o diálogo social e criar empregos decentes no contexto de enfrentar os impactos das mudanças climáticas e alcançar uma transição justa em todos os setores, incluindo a economia informal. Reafirmamos nosso compromisso de continuar desenvolvendo e implementando políticas e estratégias para garantir a criação de empregos decentes de maneira inclusiva, justa e eficaz, que reflita as necessidades de todas as partes interessadas por meio de um diálogo social eficaz e parceria com todos os parceiros relevantes.

41. Registramos a importância das Diretrizes da OIT de 2015 para uma Transição Justa para Economias e Sociedades Ambientalmente Sustentáveis para Todos e da Resolução da OIT de 2023 sobre esse tema.

Integrando preocupações de segurança e saúde ocupacional (SSO) nas políticas públicas para abordar os impactos das mudanças climáticas



42. Concordamos sobre a necessidade de aumentar a conscientização sobre como as mudanças climáticas estão impactando a segurança dos trabalhadores e as condições de trabalho em geral e de adotar ações preventivas para mitigar os efeitos prejudiciais dessas mudanças na saúde dos trabalhadores. Isso deve ocorrer, entre outros, por meio da antecipação de riscos emergentes, desenvolvimento de estratégias proativas e garantindo que os trabalhadores sejam equipados com o conhecimento e os recursos necessários para se manterem seguros e saudáveis.

43. Reconhecemos a importância de fortalecer as estruturas de SSO (Segurança e Saúde Ocupacional) atualizando os padrões de segurança no local de trabalho e nos equipamentos para aqueles em ocupações expostas ao calor, a fim de enfrentar os novos ou intensificados riscos decorrentes de eventos relacionados ao clima. Isso inclui fornecer proteções específicas para trabalhadores ao ar livre e de alto risco em setores como construção, agricultura e transporte. Defendemos uma supervisão eficaz e a aplicação das regulamentações de SSO no local de trabalho, garantindo que essas regulamentações sejam seguidas em nossos países e que os empregadores sejam incentivados a fazer os investimentos necessários na segurança e saúde dos trabalhadores. Nesse sentido, mantemos nosso compromisso de fortalecer as regulamentações de SSO com base nas Convenções da OIT N.º 155 e 187.

44. À medida que as mudanças climáticas se intensificam e os eventos de calor extremo tornam o trabalho ao ar livre mais perigoso, especialmente em regiões que já enfrentam altas temperaturas, cooperaremos para desenvolver estratégias de adaptação e mitigação que definam medidas preventivas para trabalhadores ao ar livre e ambientes internos vulneráveis. Em colaboração com organizações de trabalhadores e empregadores e autoridades relevantes, buscaremos desenvolver e implementar sistemas de alerta precoce para eventos climáticos extremos. Promoveremos treinamentos resilientes ao clima para a força de trabalho e programas para aumentar a conscientização sobre o estresse térmico, a fim de fornecer aos trabalhadores a capacidade de tomar as precauções adequadas antes que as condições perigosas surjam.

45. Os trabalhadores de setores vulneráveis aos impactos climáticos estão em risco de perder seus meios de subsistência devido às mudanças nos padrões climáticos e à disponibilidade de recursos. As comunidades de baixa renda, que geralmente são as mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas, podem sofrer desproporcionalmente com a perda de empregos e recessões econômicas causadas por mudanças ambientais. Isso exige uma abordagem proativa que inclua a promoção de tecnologias ambientalmente sustentáveis no local de trabalho para melhorar a proteção dos trabalhadores, a criação de novos padrões de segurança e saúde e apoio direcionado para trabalhadores em setores vulneráveis. Ao incorporar essas preocupações nas políticas climáticas mais amplas, promoveremos uma transição ambientalmente sustentável e justa.

46. Reconhecemos a importância de respeitar, promover e concretizar a Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, incluindo ambientes de trabalho seguros



e saudáveis para as mulheres e pessoas em situações de vulnerabilidade em todos os setores, com atenção especial ao seu bem-estar físico e mental.

47 Reconhecemos a importância de incentivar mais pesquisas sobre os impactos das mudanças climáticas nos ambientes de trabalho, incluindo os efeitos das ondas de calor sobre a segurança e a saúde ocupacional dos trabalhadores.

Caminho a seguir

48. Apresentaremos esta Declaração à Cúpula dos BRICS para consideração e endosso de nossos Líderes, trabalhando em prol de uma comunidade com um futuro compartilhado para os países dos BRICS, na qual o crescimento econômico, os avanços tecnológicos e a sustentabilidade ambiental estejam no centro de sociedades mais justas e inclusivas. O desenvolvimento sustentável e a proteção dos trabalhadores devem andar de mãos dadas, especialmente para os países do Sul Global, que enfrentam oportunidades e desafios adicionais.

49. Reconhecemos e apoiamos os esforços em curso e futuros para implementar a decisão da Cúpula de Líderes dos BRICS de 2023 de estabelecer a Plataforma do Ecossistema de Produtividade dos BRICS para o Trabalho Decente. Esta iniciativa tem como objetivo apoiar os Estados-membros na formulação e execução de políticas coerentes, inclusivas e sustentáveis que aumentem a produtividade, promovam condições de trabalho decente e incentivem o emprego produtivo, por meio da facilitação do compartilhamento de conhecimento e da ação colaborativa. Observamos ainda que está em desenvolvimento um roteiro para orientar a operacionalização da plataforma. Paralelamente, três Estados-membros dos BRICS — Brasil, China e África do Sul — estão realizando estudos exploratórios sobre Ecossistemas de Produtividade para o Trabalho Decente. Esses esforços estão estreitamente alinhados com os objetivos da plataforma e devem contribuir significativamente para o seu desenvolvimento.

50. Continuamos a enaltecer os esforços da Rede de Segurança e Saúde Ocupacional (SSO) dos BRICS, estabelecida em 2024 sob a Presidência da Rússia, para promover o intercâmbio de conhecimentos e boas práticas em SSO e servir como uma plataforma de colaboração entre agências governamentais, especialistas da indústria e instituições de pesquisa dos países dos BRICS. Saudamos a realização da primeira reunião da Rede de SSO dos BRICS, que ocorrerá ainda este ano na Rússia, em conformidade com os Termos de Referência da Rede.

51. Destacamos o valor do trabalho da Rede de Institutos de Pesquisa do Trabalho dos BRICS no desenvolvimento de estratégias nacionais para enfrentar os impactos da Inteligência Artificial no mercado de trabalho. Aguardamos com expectativa o aprofundamento de estudos, bem como o fortalecimento dos intercâmbios e da cooperação sobre temas de interesse comum entre os países dos BRICS. Encorajamos todos os membros e parceiros a se engajarem com a Rede. 52. Reconhecemos as valiosas contribuições dos parceiros sociais. Em consonância com as presidências anteriores dos BRICS, destacamos a importância de continuar os esforços para fortalecer o diálogo social inclusivo.



53. Expressamos ainda nossa apreciação pela valiosa expertise fornecida pela OIT e pela ISSA e aguardamos com expectativa a continuidade da colaboração com essas organizações. Reconhecemos a importância do verdadeiro multilateralismo para promover estruturas de comércio e investimento inclusivas e sustentáveis, cadeias de valor e cadeias de suprimentos que contribuam para uma transição justa e para o trabalho decente.

54. Agradecemos à Presidência brasileira por sediar a Décima Primeira Reunião dos Ministros do Trabalho e Emprego dos BRICS e as reuniões do Grupo de Trabalho sobre Emprego. Aguardamos com expectativa nossa próxima reunião em 2026, sob a Presidência da Índia.